CASO ESCOLA BASE, SÍNDROME DE DOM CASMURRO E A PERPETUALIZAÇÃO DE PENA

BASE SCHOOL CASE, DOM CASMURRO SYNDROME AND THE PERPETUALIZATION OF PENALTY

Roberpaulo de Souza Brito

Pós-Graduando em Novas Perspectivas do Direito Público Lato Sensu do Centro Universitário Icesp

Resumo: Aborda-se neste artigo o tema sobre o caso escola base, perpetuação de pena e a chamada *síndrome de Dom Casmurro* onde está sendo questionada a possibilidade da perpetuação da pena dos envolvidos, quais os problemas e dificuldades que os acusados no caso sofreram e ainda sofrem mesmo após a comprovação de suas inocências, buscando uma revisão de literatura, ou seja, uma revisão bibliográfica sobre questões relacionadas à perpetuação de suas penas impostas pela sociedade, os principais entraves enfrentados pelos acusados e a não garantia do direito ao esquecimento do Estado a esse respeito, bem como o sofrimento das famílias. Diante do exposto, busca-se também um levantamento de dados sobre esse tipo acusação, a partir da hipótese tratada na literatura especializada e documentários, que integram o âmbito jurídico brasileiro.

Palavras-chave: Perpetuação; Escola base; *Síndrome de Dom Casmurro*; Vítimas.

Abstract: This article deals with the theme of the base school case, sentence perpetuation and the so-called Dom Casmurro syndrome where the possibility of the sentence perpetuation of those involved is being questioned, what are the problems and difficulties that the accused in the case suffered and still suffer from even after proving their innocence, seeking a literature review, that is, a bibliographic review on issues related to the perpetuation of their penalties imposed by society, the main obstacles faced by the accused and the lack of guarantee of the State's right to be forgotten respect, as well as the suffering of families. In view of the above, a search for data on this type of accusation is also sought, based on the hypothesis treated in specialized literature and documentaries, which are part of the Brazilian legal framework.

Keywords: Perpetuation; Base school; Dom Casmurro Syndrome; Victims.

Sumário: Introdução. 1. Caso escola base. 2. *Síndrome de Dom Casmurro*. 3. Perpetuação de Pena. Considerações finais. Referências.

Introdução

O presente trabalho tem a perspectiva de apresentar a estigmatização sofrida por pessoas envolvidas indiretamente em algum fato delituoso o que demonstrará a grande falha do Estado brasileiro em uma situação real que foi um dos grandes casos de injustiça já cometido pela mídia, a polícia e a sociedade. Como problemática desse artigo em face da

realização da pesquisa é: Existe perpetuação de pena com as vítimas do Caso Escola Base? Para tanto, utilizando-se do método qualitativo através de pesquisas bibliográficas pretende-se analisar a atuação policial, a condução da mídia e a reação da sociedade a respeito do ocorrido, bem como, objetivar a adoção involuntária da síndrome utilizada pela sociedade e sua consequência, e que, por fim, possam-se concatenar os tópicos apresentados no decorrer do trabalho que foram esmiuçados do título.

Convém lembrar que, o Caso Escola Base de fato ocorreu em 1994, entretanto as vítimas sofrem até hoje com as acusações e com base nas notícias e evidências de julgamentos por indenizações tentam se manter de pé para que dessa forma tenham algum tipo de dignidade extraída de forma abrupta deles por terceiros que deveriam trabalhar com realidade e fato, não meras especulações.

A concatenação e a correlação das situações apresentadas se darão de forma simples e fragmentada no decorrer do trabalho, visto que a cada parágrafo, mesmo que pareça algo repetitivo as ideias irão se encaixando e será apresentada uma finalização de fácil compreensão do texto como um todo.

Percebe-se ainda que mesmo após um caso de tamanha repercussão com estragos trágicos causados às verdadeiras vítimas, a mídia não aprendeu como lidar com situações extremas nos dias atuais, cometendo ainda perceptivelmente basicamente todos os erros apresentados em vários trechos do trabalho em suma.

Diante do exposto acima e após o discorrer do trabalho será realizada uma conclusão opinativa para que por fim seja apresentado a resposta da problemática, bem como, a demonstração do tratamento do estado para com esse tipo de situação fática, especulativa e perigosa com danos imensuráveis.

1. Caso escola base

Ocorrido em março de 1994 na zona sul São Paulo (SP), tem como foi um fatídico acontecimento de negligência por parte da mídia sanguinária e especulativa, bem como, das autoridades policiais que não se pronunciaram inicialmente a favor das investigações se deixando levar apenas por uma mera denúncia de abuso sexual sem fundamento e provas

inicialmente não apuradas, realizada por duas mães de alunos, contra os proprietários, um casal de pais e o motorista do transporte escolar.¹

Diz-se, tão constantemente o termo inicialmente, porque após todo o estardalhaço na vida dessas pessoas, passados quatro meses, enfim, no mês de junho de 1994 o delegado do caso que deveria e poderia ter evitado uma série de traumas a esses cidadãos, concluiu com base no processo investigatório instaurado posteriormente que não haviam provas que comprovassem a acusação feita contra eles e por fim, arquivou o inquérito que demorou meses para ser instaurado.²

Muito embora o caso tenha sido arquivado, nenhuma confiança era creditada a escola de educação infantil Base, que naquele momento começava a ruir. Vale ressaltar que, toda essa ruína foi causada por uma denúncia infundada, a especulação e pressão da mídia que cobria constantemente a apuração da denúncia, assim como, uma conduta precipitada e negligente da polícia que não agiu de forma sensata desde o início isolando-se afim de preservar no primeiro momento tanto as supostas vítimas, como, os suspeitos do suposto crime.³

Quando ainda no início da ruína as vítimas não haviam prestado depoimento, entretanto a notícia era constantemente veiculada em rede nacional pelo sensacionalismo do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão, jornal esse que é de grande audiência e credibilidade entre os brasileiros, por transmitir notícias de todo o país e até do mundo.⁴

Embora o caso tenha sido arquivado como dito anteriormente quatro meses depois da denúncia, por insuficiência de provas, as retratações para com os acusados iniciavam-se, no entanto, com uma proporção infimamente inferior ao das acusações, o que não adiantava absolutamente de nada, visto que, suas reputações já estavam destruídas.⁵

Evidentemente que após toda essa avacalhação com os supostos suspeitos, porém ardilosamente acusados desencadearam-se mesmo com as publicações de retratações diversas ações judiciais de indenizações movidas pelos envolvidos contra diversas emissoras de televisão, contra o estado de São Paulo e contra os caluniantes como segue abaixo.

¹ SILVA. Gabriela de Barros. **Como o caso Escola Base enterrou socialmente os envolvidos**. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/caso-escola-base/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

² SILVA. Gabriela de Barros. **Como o caso Escola Base enterrou socialmente os envolvidos**. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/caso-escola-base/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

³ *Ibidem*.

⁴ *Idem*.

⁵ *Idem*.

No dia 28 de março de 2013, **o valor da indenização que o Estado de São Paulo deve aos seis envolvidos estava em R\$ 457mil.** O decreto que autorizou a indenização de Paula foi assinado pelo governador de Mário Covas, em 1999... com o seu falecimento em 2001, o decreto passou a ser questionado.

Em primeira instância, uma juíza acolheu o argumento da advocacia do Estado que afirmava que o decreto apenas significava que Covas havia mandado verificar se havia débito com alguma vítima da Escola Base... como a ação foi iniciada em 2004, dez anos após o incidente, ocorrera a prescrição e nada mais poderia ser cobrado...

Icushiro e sua esposa, Maria Aparecida Shimada (falecida em 2007, devido a um câncer), e Maurício Alvarenga já foram indenizados por vários meios de comunicação após decisão do STF, mas ainda aguardam o montante a ser pago pelo Estado. **Segundo o advogado, o juiz deu uma sentença de cem salários mínimos; ao recorrerem, chegou a cem mil reais cada um, mas o processo chegou ao STJ e a indenização à R\$ 250mil.** Processo no STJ: REsp 351779.

A Rede Globo foi condenada a pagar cerca de R\$ 1,35 milhão aos donos e o motorista da Escola Base, porém, ingressou com recurso... a decisão da 7ª Câmara de Direito Privado do TJ paulista foi unânime... segundo os desembargadores “a atuação da imprensa deve se pautar pelo cuidado na divulgação ou veiculação de fatos ofensivos à dignidade e aos direitos de cidadania. Em março de 1994, a imprensa publicou reportagens sobre seis pessoas que estariam envolvidas no abuso sexual de crianças, alunas da Escola Base, localizada no Bairro da Aclimação, em São Paulo. Jornais, revistas, emissoras de rádio e tevê basearam-se em “ouvir dizer” sem investigar o caso. Quando foi descoberto, a escola já havia sido depredada, os donos estavam falidos e eram ameaçados de morte em telefonemas anônimos.

Recentemente saíram outras condenações de outras emissoras de televisão.⁶ (grifei)

Frise-se que atualmente ainda há ações sendo debatidas e rebatidas em tribunais do país a respeito do caso, que nem todas as ações estão transitadas em julgado, e ainda que pasme já se passam mais vinte e cinco anos do ocorrido. Alguns dos envolvidos nessas ações já faleceram, outros estão em constante tratamento psicológico, por medo, decepção, divórcios, dentre outros traumas causados pela acusação sofrida.⁷

O **Jornal Nacional** chegou a sugerir o “consumo de drogas” e a “contaminação pelo vírus da AIDS”, enquanto a **Folha da Tarde** noticiava: “Perua carregava crianças para orgia”... o **Notícias Populares** estampou em sua capa o título: “kombi era motel na escolinha do sexo”.⁸ (grifei)

⁶ BAYER, Diego e AQUINO, Bel. **Da série “Julgamentos Históricos”: Escola Base, a condenação que não veio pelo judiciário.** Disponível em: <http://www.justificando.com/2014/12/10/da-serie-julgamentos-historicos-escola-base-a-condenacao-que-nao-veio-pelo-judiciario/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

⁷ *Ibidem.*

⁸ *Idem.*

Não pensem que o maior trauma foi apenas com os acusados injustamente, mas também, tais traumas estenderam-se aos seus ascendentes e descendentes quando tiveram suas vidas ceifadas por serem filhos, pais, sobrinhos, irmãos, primos, tios e quem sabe netos dos envolvidos, seja psicologicamente por nunca ter essa mancha apagada dos seus passados, seja financeiramente por não ter a vida que mereciam (e que talvez tivessem) se fosse obedecida a ordem natural de uma apuração de crime, sem especulações tão desnecessárias.

A mídia utilizou do sensacionalismo, explorando o sofrimento das mães das vítimas, **entrevistas com crianças de quatro anos, perdendo completamente a preocupação com a ética e a presunção de inocência**. Surgiram tantas denúncias, que **o relator da CPI da Prostituição Infante Juvenil na época pediu a quebra do sigilo bancário das contas dos suspeitos**, as quais foram investigadas. Deve-se esclarecer que **os suspeitos não tinham nem prestado depoimento para a polícia.**⁹ (grifei)

Traumas irreparáveis? Sim, e conseqüentemente a probabilidade de todo o dinheiro recebido em indenizações nunca conseguir pagar e apagar as lembranças, ameaças, decepções profissionais e o desemprego que assolou todas famílias envolvidas em tamanha barbaria acometida pelo estado juntamente com a mídia sensacionalista que vive de desgraças.

2. Síndrome de Dom Casmurro

Para esclarecer, a obra Dom Casmurro escrita pelo escritor Machado de Assis em 1899, resume-se nas memórias de Bento Santiago que aos sessenta anos de idade, decide contar sua vida trágica através de uma biografia que fala sobre sua inquestionável certeza de traição teoricamente realizada por seu grande amor Capitu e seu melhor amigo Escobar, com indícios baseados apenas na semelhança de Ezequiel seu único filho com sua amada e no comportamento de sua esposa no velório de Escobar.¹⁰

Vale lembrar que, Escobar no momento do surgimento da certeza de Bento sobre a traição era casado com Sancha, que por sua vez, era amiga de Capitu. Casal este que tinham uma filha com nome de Capituzinha. Bento que era formado em Direito alimentou veementemente essa trágica traição em sua mente alimentando-a apenas com suspeitas.

⁹ BAYER, Diego e AQUINO, Bel. **Da série “Julgamentos Históricos”: Escola Base, a condenação que não veio pelo judiciário**. Disponível em: <http://www.justificando.com/2014/12/10/da-serie-julgamentos-historicos-escola-base-a-condenacao-que-nao-veio-pelo-judiciario/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

¹⁰ FERREIRA, Iverson Kech. **A Síndrome de Dom Casmurro e a produção da verdade no processo penal**. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/449690000/a-sindrome-de-dom-casmurro-e-a-producao-da-verdade-no-processo-penal/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

Suspeitas essas que para ele eram certezas e criavam vida em sua mente, não admitindo de forma alguma qualquer outro tipo de provas que o questionasse, o que por fim, resultou em seu divórcio, a perda de sua tão amada esposa e seu querido filho que o deixou com os fantasmas que ele mesmo criara.¹¹

Ainda na síndrome de Dom Casmurro a relevância se faz na significância do processo penal na coleta de provas no chamado quadro mental paranoico, mais especificamente dizendo no processo investigatório desrespeitando dessa forma, a sequência processual penal por crimes cometidos buscando assim provas que confirmem o estado psicológico inicial, enfim, não se pune sem provas que objetivem o fato. Com isso teoricamente finda-se o poder absolutamente inquisitivo do juiz, onde ele acusa, investiga, prende, julga e sentencia, tudo em uma única pessoa, ou melhor termina a premissa do primeiro acusa / pune para depois produzir / obter provas.¹²

Assim, a terminologia - **quadros mentais paranoicos (Síndrome de Dom Casmurro)** – foi criada para designar o juiz que, dotado de poderes investigatórios, primeiro decide e depois sai à procura de material probatório para alicerçar e justificar sua decisão.¹³

Tal teoria de forma correlata com a obra mostra que o juiz com a alteração do art. 156 - (Redação dada pela Lei nº 11.690, de 2008) deve agir de forma imparcial, não atuando de ofício, para que, com isso, não demonstre a estrutura inquisitorial afastando a imparcialidade e desrespeitando a iniciativa probatória.¹⁴ Mantendo dessa forma ordem lógica do sistema acusatório. Para melhor resumir a síndrome seguem abaixo palavras de Geraldo Prado:

Quem procura sabe ao certo o que pretende encontrar e isso, em termos de processo penal condenatório, representa uma inclinação ou tendência perigosamente comprometedora da imparcialidade do julgador. Desconfiado da culpa do acusado, investe o juiz na direção da introdução de meios provas que sequer foram consideradas pelo órgão de acusação, ao qual, nestas circunstâncias, acaba por substituir. Mais do que isso, o mesmo

¹¹ *Ibidem.*

¹² FERREIRA, Iverson Kech. **A Síndrome de Dom Casmurro e a produção da verdade no processo penal.** Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/449690000/a-sindrome-de-dom-casmurro-e-a-producao-da-verdade-no-processo-penal/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

¹³ ZANETTI, José Carlos Trinca. **O que se entende por quadros mentais paranoicos (Síndrome de Dom Casmurro)?**. Disponível em: <http://eadnodireito.blogspot.com/2017/06/o-que-se-entende-por-quadros-mentais.html/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

¹⁴ LOPES JUNIOR, Aury. **Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional.** 8 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, v.1.

tipo de comprometimento psicológico objeto das reservas quanto ao poder do próprio juiz iniciar o processo, aqui igualmente se verificará, na medida em que **o juiz se fundamentara, normalmente, nos elementos de prova que ele mesmo incorporou ao feito, por considerar importantes para o deslinde da questão**, o que afastará da desejável posição de seguro distanciamento das partes e de seus interesses contrapostos, posição esta apta a permitir a melhor ponderação e conclusão.¹⁵ (grifei)

Exemplificando melhor a ação do julgador apresentada acima em consonância com a síndrome de Dom Casmurro, o desenvolvimento de quadros paranoicos absolutos, apresentado por ausência de provas em um caso por ele analisado diante da convicção de certeza, é melhor demonstrado a seguir.¹⁶

Quando, decorrente da gestão da prova o magistrado desenvolve quadros mentais paranoicos, como o de Dom Casmurro, passando então agir de ofício tanto na fase de investigação, solicitando provas em detrimento de outras, encaminhando o processo a um roteiro pré-definido ou levando a cabo a presidência investigativa dos procedimentos há aí uma confusão extrema que envolve a figura do responsável pelo julgamento, daquele que deve dizer a lei quando tiver todas as provas dispostas e o convencimento de seu julgo.¹⁷

Aury Lopes Jr. sugere que a atribuição de poderes de forma instrutória ao juiz, seja eles em qualquer fase é um erro tremendo, visto que, acarreta na destruição completa do democrático processo penal, como já apresentado nas formas mais distintas no trabalho em epígrafe, para que não paire dúvidas quanto ao assunto vejamos a explicação a seguir:¹⁸

Ao proceder ao recolhimento da prova, o magistrado antecipa a formação do juízo quanto à solução do litígio, pois, assumindo a iniciativa probatória, saberá o que almeja encontrar, gerando uma tendência que o desproverá da indispensável imparcialidade para apreciar os elementos carreados aos autos, comprometendo a estrutura dialética do processo. Nesse contexto, o magistrado passa a desenvolver quadros mentais paranoicos, pois, primeiro,

¹⁵ PRADO, Geraldo. **Sistema Acusatório: A Conformidade Constitucional das Leis Processuais Penais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001. Apud <http://npa.newtonpaiva.br/direito/?p=1403>.

¹⁶ FERREIRA, Iverson Kech. **A Síndrome de Dom Casmurro e a produção da verdade no processo penal**. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/449690000/a-sindrome-de-dom-casmurro-e-a-producao-da-verdade-no-processo-penal/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ ZANETTI, José Carlos Trinca. **O que se entende por quadros mentais paranoicos (Síndrome de Dom Casmurro)?**. Disponível em: <http://eadnodireito.blogspot.com/2017/06/o-que-se-entende-por-quadros-mentais.html/>. Acesso em: 28/11/2019. Apud LOPES JR., Aury. *Direito processual penal*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

define-se a hipótese (decide) e, depois, procuram-se os fatos (provas) que legitimem a decisão já tomada.¹⁹

Na análise de Cleber Masson e Vinicius Marçal que por essa razão o sistema processual acusatório, providenciou a separação de fases primordiais tais como: acusação, defesa e julgamento, para que, os julgadores não tenham de forma primária qualquer participação com a fase *persecutio criminis*, e conseqüentemente intervir indicando o caminho que se deve seguir à investigação. Nessa perspectiva, já contaminado com contatos primários, poderia facilmente desenvolver o chamado de quadro mental paranoico ou Síndrome de Dom Casmurro, acarretando prejuízo à investigação e ao investigado.²⁰

Ainda nas fases penais e processuais penais quando as provas são substanciais e ou há impedimento da apresentação de provas em virtude de convicções de verdade, bem como, com conceitos formados a mero devaneio do julgador a fim de garantir o resultado traçado pela sua certeza absoluta criada por si próprio, ignorando todo o rito processual e investigatório desempenhado por suas devidas e respectivas autoridades. Explicita-se de forma mais célere em seguida.²¹

Da mesma forma, **na fase processual ao impedir provas em detrimentos de outras, sugerindo ou afirmando estar convicto de determinada verdade** que possa ser estabelecida por eventuais conceitos formulados ou pré-concebidos pelo juiz, esse passa a agir como policial, como investigador ou como promotor, mas nunca como o magistrado apto a julgar a lide.

O exemplo taxativo **no processo penal parte de uma busca da verdade quando as provas são simples balizamentos ou pura demarcação da lide em si**, todavia passam a ser usadas por conceitos formados *a priori* pelo juiz, que é parte da sociedade e convive as mazelas junto com ela.²² (grifei)

¹⁹ ZANETTI, José Carlos Trinca. **O que se entende por quadros mentais paranoicos (Síndrome de Dom Casmurro)?** Disponível em: <http://eadnodireito.blogspot.com/2017/06/o-que-se-entende-por-quadros-mentais.html/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

²⁰ ZANETTI, José Carlos Trinca. **O que se entende por quadros mentais paranoicos (Síndrome de Dom Casmurro)?**. Disponível em: <http://eadnodireito.blogspot.com/2017/06/o-que-se-entende-por-quadros-mentais.html/>. Acesso em: 28 nov. /2019. Apud MARÇAL, Vinicius; MASSON, Cleber. Crime organizado. São Paulo: Método, 2015.

²¹ FERREIRA, Iverson Kech. **A Síndrome de Dom Casmurro e a produção da verdade no processo penal.** Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/449690000/a-sindrome-de-dom-casmurro-e-a-producao-da-verdade-no-processo-penal/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

²² *Ibidem*.

O conceito dessa síndrome induz o juiz a perder todo o essencial discernimento de sua função de julgador, levado ao mesmo agir de ofício nas mais diversas fases tanto de inquérito quanto nas processuais, produzindo dessa forma uma verdade inexistente aos olhos do julgador inquisidor, acusando e tomando para si ao mesmo tempo uma superior responsabilidade no processo.²³ A melhor forma de demonstrar essa atitude é:

Dirimir dúvidas sobre ponto relevante (art. 156, II, CPP), utilizando para isso o poder de realizar diligências em busca de uma verdade ou fato que não se configurou em todo o processo penal, é agir pela Síndrome de Dom Casmurro, é enfiar-se na sociedade do medo e dos sanguinolentos e massivos jornais espetaculares em prol da condenação e danação de alguém por intermédio de prejulgamentos.²⁴

Exibe-se que anteriormente ao juiz proferir, determinar ou produzir sentença, na hipótese de ele ainda tenha dúvidas sobre o caso em análise, determina-se fazer o que? Ir atrás de uma verdade absoluta? E o *In dubio pro reo*, não vale de nada? Para esses questionamentos, as palavras de Jacinto Coutinho determinam que:

O importante, enfim, neste tema, é ter-se um julgador consciente das suas próprias limitações (**ou tentações?**), de modo a resguardar-se contra seus eventuais prejulgamentos, que os tem não porque é juiz, mas em função da sua ineliminável humanidade.²⁵

3. Perpetualização da pena no Brasil

Apesar de se ter no Brasil, vedações constitucionais acerca da pena de caráter perpétuo, evidencia-se a existência da mesma. Entretanto, normalmente a pena perpétua é estigmatizada a quem é egresso do sistema prisional, já no Caso Escola Base, nenhuma das vítimas (acusados) foram sequer indiciados, visto a ausência de provas para tanto.

Especificamente quanto à proibição constitucional das penas de caráter perpétuo é preciso ressaltar a sua inserção no título dos direitos e garantias individuais. É de se enfatizar que não se trata de um princípio, mas de uma verdadeira regra, embora esta se embase em um princípio. É necessário relevar que no caput do art. 5º, da Constituição vigente, no qual estão enumerados os direitos e deveres individuais e coletivos, está consagrada a

²³ Idem

²⁴ Idem

²⁵ COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Introdução aos Princípios Gerais do Direito Processual Penal Brasileiro**, Revista de Estudos Criminais, Separata ITEC, ano 1, nº 4, 2000.

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.²⁶

Visto que, todos os acusados sofreram por um crime que não cometeram, passando pelo mesmo crivo que os egressos do sistema prisional passam ao retornar para o convívio em sociedade, no entanto, seus nomes não foram inscritos no rol dos culpados propriamente dito e juridicamente falando, pois para isso eles deveriam ter sofrido com ação penal, julgamento e sentença penal condenatória com trânsito em julgado, o que ainda assim teria fim como demonstrado a seguir:

Importantemente o artigo 5º, inciso XLVIII, alínea *b* da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que trata de pena perpétua e ainda dispõe sobre as igualdades, as inviolabilidades e garantias aos residentes no país.

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XLVII - não haverá penas: (...) b) de caráter perpétuo; (...).²⁷

Até porque, para esse tipo de situação tem remédio constitucional, que é o princípio do Direito ao Esquecimento, que por sua vez pode não ser tão eficaz quanto merece e deveria, mas existe e será avaliado por um julgador diante de algum caso que e quando se fizer necessário para garantir o bom convívio de certo indivíduo em sociedade de forma digna e legal, como diz o Artigo 202 da lei de execução penal que fundamenta o tal princípio supramencionado.

Cumprida ou extinta a pena, não constarão da folha corrida, atestados ou certidões fornecidas por autoridade policial ou por auxiliares da Justiça, qualquer notícia ou referência à condenação, salvo para instruir processo pela prática de nova infração penal ou outros casos expressos em lei.”²⁸

²⁶ LIMA, Adriano Gouveia; ALMEIDA, Fabio Saraiva Alves de. **A proibição da prisão perpétua como direito e garantia fundamental e a sua análise como cláusula pétreia**. Anápolis, [2017?]. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19740&revista_caderno=3. Acesso em: 16 fev. 2019. Apud LUISI, Luiz Benito Viggiano. **Tribunal Penal Internacional - Pena de Prisão Perpétua**. Revista CEJ, 2000.

²⁷ SANTOS, André Alencar dos. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília - DF: Gran Cursos, 2010.

²⁸ BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 11 jul. 1984.

Com relação à perpetuação de pena no caso escola base, os proprietários foram acusados sem qualquer rito inicial de investigação e expostos de forma abrupta e sem o menor pudor a todos para que fossem pré-julgados pela mídia e a sociedade (as quais não detêm tal poder).

Diante disso, a trágica trajetória percorrida pelas vítimas (que até o presente momento eram acusadas e pré-julgadas), não tinha mais como ser sanada, pois mesmo após o arquivamento do inquérito elas continuavam sofrendo ameaças e retaliações por parte da sociedade.

Baseado nisso, e sobre outra perspectiva, essas vítimas do caso foram condenadas pela sociedade (conduzida pela mídia) de forma que mesmo sem enfrentar o devido processo legal para uma condenação, no presente momento elas sofriam com a perpetuação de uma pena (mesmo não havendo condenação legal) imposta pela sociedade que clamava por justiça com inscrições nos muros da referida escola, depredações e ameaças de morte a eles e a família dos mesmos.

Têm um, porém, com o egresso do sistema carcerário, temos como resolver, ou melhor, tentar, já com as verdadeiras vítimas do caso em suma não há o que se fazer, pois quem daria emprego a uma professora acusada de assédio sexual? Essa mancha o estado tem como apagar com dinheiro ou com ordem judicial? Perguntas que a resposta é evidentemente clara. Como solução de tais questionamentos, a mudança para outro lugar, bem longe do acontecido, para que nunca sejam reconhecidas, abandonado assim suas raízes e laços familiares. Situação adotada por Paula uma das vítimas (acusadas) do caso.

Paula foi morar com suas filhas na casa da mãe, está 60kg acima do peso, sofre de depressão e tem um emprego onde recebe salário mínimo... nunca mais conseguiu emprego como professora – ninguém confia em uma suspeita de abuso sexual infantil. **Seu filho, durante todo o sensacionalismo da imprensa, começou a comer com as mãos, pois soube que era assim que seus pais comeriam quando fossem presos.**²⁹

Diretamente ligado ao tema da não perpetuação de pena está o princípio do direito ao esquecimento que nos dias de hoje é muito mais utilizado nas esferas cíveis do nas

²⁹ BAYER, Diego e AQUINO, Bel. **Da série “Julgamentos Históricos”: Escola Base, a condenação que não veio pelo judiciário.** Disponível em: <http://www.justificando.com/2014/12/10/da-serie-julgamentos-historicos-escola-base-a-condenacao-que-nao-veio-pelo-judiciario/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

esferas penais, onde o condenado após o cumprimento de sua sentença e passados cinco anos tem o direito de não ser mais lembrado por aquele crime como traz o artigo.

O artigo 202 da Lei de Execução Penal é claro, entretanto, o grande problema evidenciado é a falta do efetivo cumprimento pelos institutos citados pela lei que deveriam garantir o sigilo absoluto das informações dos indivíduos, uma vez que, é de suma importância para que tais indivíduos logrem êxito no reestabelecimento social, adquirindo chance e igualdade ao disputar vaga de emprego, o crédito em comunidade, bem como, familiar, que por algum tempo deixará de manter em face de sua prática delituosa.³⁰ **Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar (...), a liberdade (...).** (grifei)³¹.

O caput do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 nos assegura igualdade. E que igualdade é essa que ceifa a possibilidade de progredir de forma honrada, limitando e mostrando que independente de ter sido reintegrado a sociedade após o cometimento de delito e mesmo que teoricamente já não tenha mais nada que desabone sua conduta social, é melhor desistir, pois as barreiras do preconceito cometidas pelas demais pessoas no convívio social que já é de se esperar e a desigualdade nas oportunidades de emprego ferem significativamente artigo a seguir: "Todos são iguais perante a lei, (...) garantindo-se aos brasileiros (...), à igualdade, (...)." (grifei)³² Até os dias atuais as vítimas reais do Caso Escola Base ainda sofrem com o crime cometido contra eles, e nessa situação quem resolverá os seus problemas?

Ayres está com dívidas financeiras, sofre com problemas emocionais e não consegue dormir à noite, enquanto sua esposa, Maria Aparecida, teve seu sonho exterminado por falsas acusações.

Saulo e Mara Nunes também enfrentam problemas financeiros pela contratação de advogados... Paula e Maurício Alvarenga se divorciaram. Ele sofreu com Síndrome do Pânico, tinha medo de sair à rua e, para

³⁰ SANTOS, Raphael Alves. **O direito ao esquecimento dos condenados.** [S. l.], 14 jun. 2010. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5781/O-direito-ao-esquecimento-dos-condenados>. Acesso em: 17 fev. 2019.

³¹ SANTOS, André Alencar dos. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília - DF: Gran Cursos, 2010.

³² SANTOS, André Alencar dos. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília - DF: Gran Cursos, 2010.

encontrar seu advogado, montava esquemas de disfarce por medo de ser reconhecido.³³

Percebe-se com a citação acima que todos os envolvidos sofreram e ainda sofrem demasiadamente com todo o ocorrido, mas ainda assim, mesmo com um caso extremamente trágico desses e após toda a comprovação de inocência dos apontados no referido caso eles sofrem com a estigmatização, ou melhor, perpetuação de uma pena imposta não a eles, mas à vida e mente deles, essa talvez seja a pior pena já imposta e noticiada a cidadãos no Brasil.

Pena a qual, provavelmente, nenhuma garantia ou princípio constitucional poderá sanar ou até mesmo retroagir em benefício dos mesmos, visto que nenhum foi réu propriamente apontado, mas todos os acusados foram sentenciados a uma vida de reclusão eterna em suas mentes, martirizando-se em profundos sentimentos angustia. Uma verdadeira pena perpétua, em suas próprias prisões mentais de forma perpétua.

Considerações finais

Diante de todo o exposto, conclui-se, portanto que a correlação entre os temas se faz possível, visto que, tanto na Síndrome de Dom Casmurro quanto no Caso Escola Base os pré-julgamentos sem provas condenam vítimas, baseados apenas em convicções infundadas e levando-as a uma perpetuação de suas penas por tempo indeterminado tornando-as eternas prisioneiras da acusação e imaginação de terceiros, não lhes sendo em momento algum imputado o benefício da dúvida (presunção de inocência), o que fomenta o princípio *in dubio pro societate*, que significa a dúvida não favorece o réu e sim a sociedade.

Entretanto, apesar de a sociedade como um todo necessitar de defesa, não se pode esquecer que acima de tudo o que forma a sociedade são os cidadãos. Esses que muitas vezes são apontados e condenados sem o mínimo de critério que já foi estabelecido e determinado por lei, que deve ser seguida e cumprida por todos a fim do convívio em harmonia, leis que

³³ BAYER, Diego e AQUINO, Bel. **Da série “Julgamentos Históricos”: Escola Base, a condenação que não veio pelo judiciário.** Disponível em: <http://www.justificando.com/2014/12/10/da-serie-julgamentos-historicos-escola-base-a-condenacao-que-nao-veio-pelo-judiciario/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

devem ser impostas e fiscalizadas pelos governantes e autoridades competentes para que nenhuma parte seja injustiçada e ou lesada durante o convívio social. Isso sim é uma garantia.

Com isso, acaba por se comprovar que existiu sim a perpetuação (estigmatização) de uma pena, mesmo que não imposta pelo poder judiciário e sim pela sociedade aos acusados (vítimas) do Caso Escola Base. Houve sim uma sociedade inteira, induzida pela mídia sensacionalista sofrido da síndrome de Dom Casmurro, acreditando em suas verdades interiores e condenando pessoas inocentes sem ao menos dar a elas a chance de defesa.

Com essa patifaria toda ocorrida no caso em que até hoje pessoas aguardam por justiça, outras faleceram aguardando pela mesma justiça que os seus familiares vivos talvez também não verão. A justiça do reconhecimento de seus caracteres, a justiça do constitucional princípio do direito ao esquecimento, a justiça da síndrome de Dom Casmurro inversa, para que a sociedade os acolha ou até os esqueçam podendo assim, os mesmos andarem tranquilamente sem seus pânicos os afligindo, sem a preocupação de serem apontados ou atacados e até mesmo para que seus ascendentes possam viver uma vida a qual foram tiradas do seus pais, tios e avós.

É relevante satirizar a situação com perguntas tolas, tais como: Sabe quando você afirma a uma autoridade policial, que está sendo preso inocentemente, quando tudo e todos naquele momento apontam que é você o culpado mesmo ele sabendo que você pode ser realmente inocente? O que ele te responde? Eu não, só estou cumprindo a lei... e mesmo assim te prende; ou quando em um diálogo com um bebum você o chama de alcoólatra? O que ele assustadamente o responde? Não, sou não... bebo apenas socialmente.

São verdadeiramente, discussões sem fim, visto que caso esteja em situação de desvantagem você será sempre o culpado até que tentem provar o contrário ou pelo ao menos não incorram na síndrome já citada no presente trabalho, que garante a alguns uma certeza absoluta baseada em suas próprias convicções.

A Suprema Corte e o Superior Tribunal de Justiça, já fazem isso e mostram a todo o povo brasileiro, que quando vários de juízes decidem algo de uma forma uniforme, eles vão e

mudam só por vaidade na maior parte das vezes suas decisões só pra mostrar quem de fato tem mais poder.

Com isso, conclui-se que o trabalho em suma atingiu seu verdadeiro propósito que era demonstrar a existência da perpetuação de pena às verdadeiras vítimas do Caso Escola Base, para tanto foi apresentada uma estratégica forma de abordagem com a síndrome de Dom Casmurro. Apresentando a especulação de uma mídia sensacionalista acompanhada por erros primários de um processo investigatório, veiculando e incitando, assim toda uma sociedade também a condenação sumária de prováveis suspeitos e comprovadamente posteriormente inocentes a uma sentença até hoje eterna através da estigmatização.

Referências

BAYER, Diego e AQUINO, Bel. **Da série “Julgamentos Históricos”: Escola Base, a condenação que não veio pelo judiciário.** Disponível em: <http://www.justificando.com/2014/12/10/da-serie-julgamentos-historicos-escola-base-a-condenacao-que-nao-veio-pelo-judiciario/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Introdução aos princípios gerais do direito processual penal brasileiro**, Revista de Estudos Criminais, Separata ITEC, ano 1, nº 4, 2000.

FERREIRA, Iverson Kech. **A Síndrome de Dom Casmurro e a produção da verdade no processo penal.** Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/449690000/a-sindrome-de-dom-casmurro-e-a-producao-da-verdade-no-processo-penal/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

LIMA, Adriano Gouveia; ALMEIDA, Fabio Saraiva Alves de. **A proibição da prisão perpétua como direito e garantia fundamental e a sua análise como cláusula pétreia.** Anápolis, [2017?]. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19740&revista_caderno=3. Acesso em: 16 fev. 2019. Apud LUISI, Luiz Benito Viggiano. **Tribunal Penal Internacional - Pena de Prisão Perpétua.** Revista CEJ, 2000.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional.** 8 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, v.1.

LOPES JR., Aury. **Direito processual penal.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARÇAL, Vinícius; MASSON, Cleber. **Crime organizado.** São Paulo: Método, 2015.

PRADO, Geraldo. **Sistema Acusatório: A Conformidade Constitucional das Leis Processuais Penais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001. Apud <http://npa.newtonpaiva.br/direito/?p=1403>.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 11 jul. 1984.

SANTOS, André Alencar dos. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília - DF: Gran Cursos, 2010.

SANTOS, Raphael Alves. **O direito ao esquecimento dos condenados**. [S. l.], 14 jun. 2010. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5781/O-direito-ao-esquecimento-dos-condenados>. Acesso em: 17 fev. 2019.

SILVA, Gabriela de Barros. **Como o caso Escola Base enterrou socialmente os envolvidos**. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/caso-escola-base/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

ZANETTI, José Carlos Trinca. **O que se entende por quadros mentais paranoicos (Síndrome de Dom Casmurro)?**. Disponível em: <http://eadnodireito.blogspot.com/2017/06/o-que-se-entende-por-quadros-mentais.html/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

Artigo submetido à *Virtù: Direito e Humanismo*, recebido em 25 de maio de 2020. Aprovado em 6 de agosto de 2020. A construção argumentativa, a adequada utilização do referencial bibliográfico, as opiniões e as conclusões são de responsabilidade da autora.

O artigo está contemplado na Edição Especial da *Virtù* no contexto do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* "Novas Perspectivas do Direito Público", do Centro Universitário Icesp.

Edição publicada em 7 de agosto de 2020.